



PARECER Nº 02 de 17 de novembro de 2014

Aprova o PDO-2015

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, confere o parecer relativo ao Plano de Distribuição Orçamentária para o ano de 2015, conforme segue:

Relatório

Foi analisado pelo CONSAP a proposta do Plano de Distribuição Orçamentária para o ano de 2015 anexo e o parecer do Conselheiro Relator.

Parecer do CONSAP

Favorável a aprovação da proposta do PDO-2015 com as recomendações propostas pelo conselheiro no relato anexo.

Sala de Sessões do Conselho, em 17 de novembro de 2014.


Gilmar José Ferreira dos Santos,
PRESIDENTE.



Conselheiro Relator: Moisés Evangelista	Data: 17 de novembro de 2014
Assunto: Plano de Distribuição Orçamentária - 2015	
Interessado: Instituto Federal do Paraná - Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN)	

1. HISTÓRICO:

O processo de planejamento anual de 2015 iniciou-se em julho deste ano, com a solicitação da PROPLAN, às unidades do IFPR, de definição do percentual de distribuição de capital e custeio do orçamento, para que estes valores fossem lançados no SIMEC, após aprovação da matriz orçamentária pela SETEC/MEC. Entre 23 de setembro e 22 de outubro, as unidades realizaram o detalhamento do planejamento para o exercício 2015, a nível de elemento de despesa.

Em 03 de novembro, foi solicitado pela Secretaria de Órgãos Colegiados, a pedido do Presidente do Conselho de Administração e Planejamento (Gilmar José Ferreira dos Santos) que este conselheiro fosse o relator da matéria referente ao Plano de Distribuição Orçamentária 2015 na reunião do dia 17 de novembro de 2014.

Em 14 de novembro, recebi a minuta do Plano de Distribuição Orçamentária – 2015, sendo então possível realizar as análises e ponderações abaixo apontadas, que encaminho para submissão ao Conselho de Administração e Planejamento.

2. FUNDAMENTOS DO PEDIDO:

De acordo com MATIAS-PEREIRA¹, o planejamento pode ser definido como o conjunto de ações interligadas e complementares, realizadas nas diferentes instâncias governamentais, para atingir determinado objetivo. Pode, assim, ser visto como uma forma de ação contínua, permanente e sistemática, que, ao longo de seu desenvolvimento, incorpora a **ideia de atuação conjunta dos diversos setores da organização**, de existência de uma base de informações, bem como de recursos técnicos e humanos que apoiem sua execução, garantindo o acompanhamento, a avaliação e as tomadas de decisões, **em todas as suas fases**.

O planejamento é a etapa mais importante, seja qual for a organização, pois é através dela que estabelecemos metas, objetivos e definimos os meios necessários para consecução destes. Através da elaboração de planos, programas, é possível elencarmos as ações, priorizando-as de forma estratégica e tática, para posteriormente monitorar, controlar e reavaliar sua execução.

A complexidade na execução do planejamento está na reunião dos recursos necessários, na capacidade de reavaliação contínua e no engajamento de todas as pessoas e setores para obtenção dos resultados desejados; porém, a proximidade entre os responsáveis pela elaboração do planejamento e os responsáveis pela execução deste planejamento possibilitará um maior êxito no processo.

Ainda conforme os ensinamentos de MATIAS-PEREIRA, temos que considerar dois

¹ MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças públicas*. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012, p. 279.



posicionamentos com relação ao planejamento: devemos enxergá-lo como processo de antecipação da decisão, mas também utilizá-lo para obtenção de um resultado racional – otimização da utilização dos recursos. Ensino este pertinente para o momento de reduções orçamentárias significativas na Rede Federal, na qual nos enquadrados.

Já o orçamento público pode ser conceituado, conforme NASCIMENTO², como um instrumento de execução de plano de governo e, nesse sentido, o orçamento é um meio de transformar planos em obras e serviços concretos.

NASCIMENTO define, ainda, o orçamento como o instrumento de administração de ações do governo, que identifica e mensura tudo que deve ser feito pelo governo para o seu próprio funcionamento. Ou seja, o governo precisa de um orçamento bem estruturado para funcionar bem e saber o que deve fazer, quanto custa, quanto tempo leva a execução, para que serve, e que resultados serão alcançados ao fim de certo tempo.

Temos que ter em mente que a definição trazida acima deve permear nossos trabalhos ao longo do ano, questionando, constantemente, como estão o desenvolvimento e a utilização destes recursos elencados.

3. CONSIDERAÇÕES:

Em análise à minuta recebida, passo às considerações abaixo:

- **CONCILIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E DO CALENDÁRIO DE COMPRAS:** Após apresentação de breve histórico, destaco a motivação apresentada para a escolha do nível de detalhamento do planejamento (detalhamento do orçamento até o nível de elemento de despesa) devido à necessidade de alinhamento do Planejamento Orçamentário ao Calendário de Compras. Esta consideração é fundamental, pois é através da organização da execução dos processos no Calendário de Compras que executamos a maior parte do nosso orçamento (aquisições de materiais e contratações de serviços). É este ajuste que proporcionará maior qualidade e eficiência na execução orçamentária de nossa Instituição;

- **EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO:** Com o levantamento realizado e os dados apresentados através do gráfico presente na página 11, saliento que devemos nos atentar para o início da tendência de redução orçamentária daqui em diante. Considero importante reavaliarmos as ações até aqui desenvolvidas e verificarmos se estão coincidentes com os rumos pré-definidos. Como já apresentado, talvez seja o momento de maior racionalização da aplicação dos recursos;

- **ANÁLISE DO DETALHAMENTO DA FONTE 0112 DA AÇÃO 20RL:** Esta fonte é responsável por aproximadamente 97% (noventa e sete por cento) dos recursos que movem o funcionamento da Instituição. Através dos gráficos que apresento anexo a este relatório, é possível destacar: no primeiro gráfico, podemos constatar que o valor do orçamento dos câmpus estão próximos da média aritmética dos recursos totais recebidos pelo IFPR (excetuando o câmpus Curitiba e os novos câmpus); já no segundo gráfico – gerado através dados apresentados na Figura 6 (Fonte 0112) da página 13 – verificamos que os planos de distribuição orçamentária realizados pelas unidades apresentam pouca variação no percentual da destinação dos elementos de despesas com relação ao orçamento total individual. Neste segundo gráfico, fica nítida a grande destinação de recursos das unidades para **empresas terceirizadas** – variando de 16% (dezesseis por cento) a 76% (setenta e seis por cento). Dessa forma, nós, gestores, devemos ponderar a real necessidade dessas terceirizações, no momento, e os custos despendidos. Outro ponto que fica nítido neste gráfico é a grande aplicação, pela maioria das unidades, de recursos no elemento “Equipamentos e Material Permanente”, o que se justifica pelo fato de sermos uma instituição nova e estarmos

² NASCIMENTO, Edson Ronaldo. *Gestão pública*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 90.



finalizando o ciclo de estruturação e expansão – cabendo, aqui, especial atenção à solidez das aplicações para as quais estes recursos foram destinados.

4. PARECER CONCLUSIVO:

Diante das observações acima, opino pela proposição da **APROVAÇÃO** da minuta do Plano de Distribuição Orçamentária 2015 do Instituto Federal do Paraná pelo Conselho de Administração e Planejamento, tornando tal documento apto à submissão ao Conselho Superior (CONSUP), para análise e parecer conclusivo.

5. SUGESTÕES E OBSERVAÇÕES:

- Encontros para discussão não só do detalhamento dos valores do PDO, mas também das ações a serem desenvolvidas, com a verificação do andamento dos trabalhos e realinhamento das ações traçadas;
- Revisão dos gastos com terceirizações;
- Alteração do início do Calendário de Compras para o segundo semestre – conforme já discutido anteriormente com PROPLAN e PROAD – para proporcionar mais celeridade na execução orçamentária;
- Continuidade da parceria entre a PROAD e a PROENS durante a elaboração do processo de compras;
- Aplicação racional dos recursos de capital, pensando a longo prazo, considerando a tendência de redução orçamentária;
- Difusão da importância do envolvimento de toda a comunidade no processo de planejamento, para que juntos possamos desenvolver um consenso em torno de uma visão comum de futuro.

Sala de Sessões, 17 de novembro de 2014.

Moisés Evangelista
Conselheiro-Relator.

ORIGINAL ASSINADO



GRÁFICOS

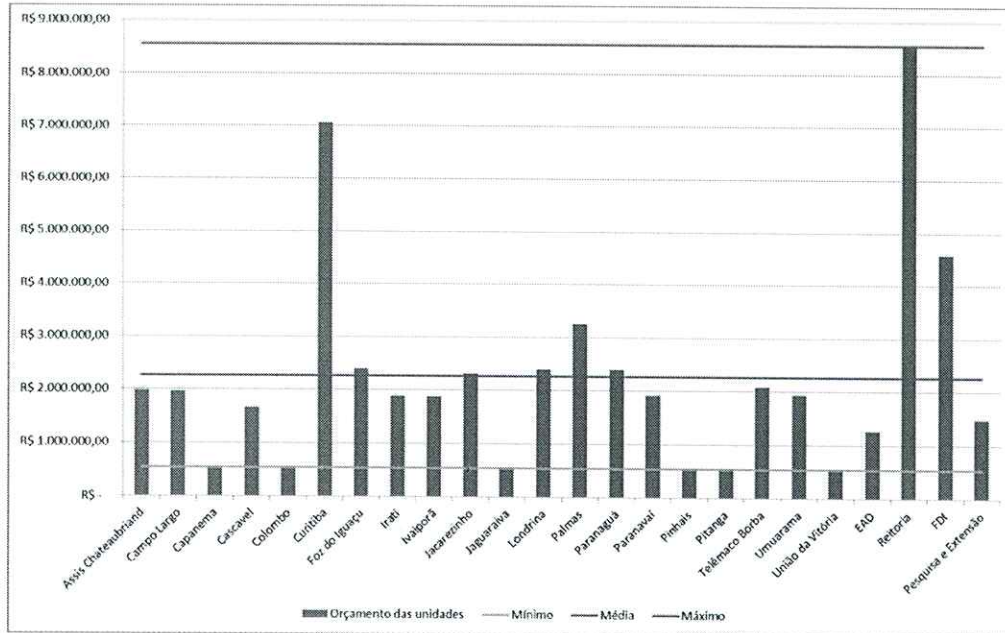


Gráfico 01 – Relação entre os recursos recebidos pelas unidades.

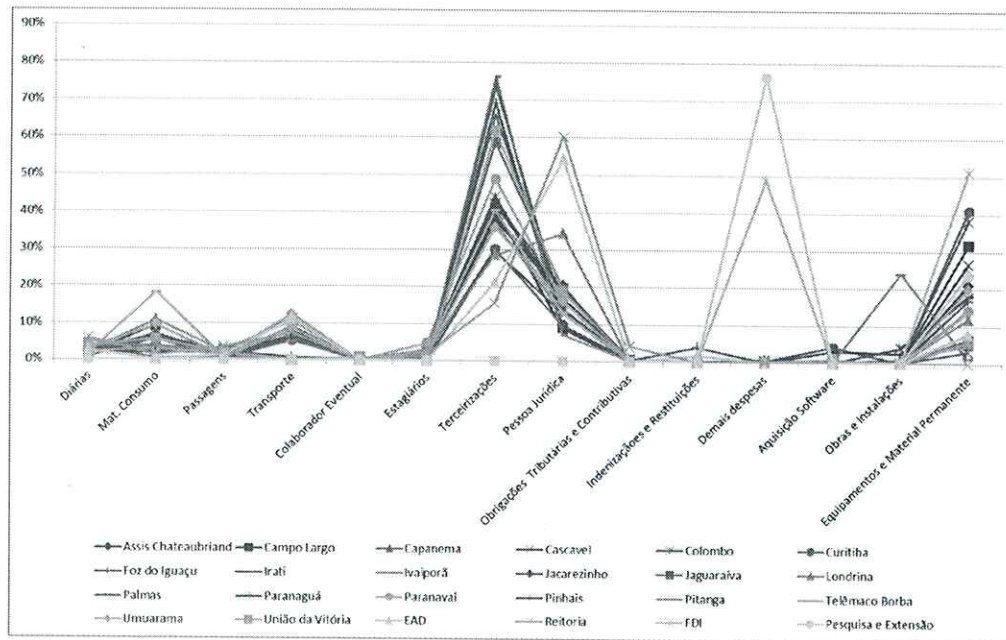


Gráfico 02 – Detalhamento da distribuição orçamentária das unidades